



Desacordo e ceticismo sobre o critério da verdade em Sexto Empírico

Juliomar Marques Silva ¹

Resumo: Uma das principais questões no ceticismo pirrônico é a discussão sobre o problema do critério. Seria possível haver um critério da verdade? Em outras palavras, existe algum critério que nos permita conhecer a verdadeira natureza das coisas? Segundo Sexto Empírico, o próprio desacordo entre os filósofos acerca dessa questão já nos levaria ao ceticismo, pois há uma infinidade de opiniões sobre o assunto. Além disso, existem contra-argumentos para tudo aquilo que os filósofos dogmáticos apontam como sendo o critério. Para o ceticismo pirrônico, portanto, de uma forma ou de outra somos levados à suspensão de juízo sobre a existência de um critério da verdade. Neste artigo, em primeiro lugar, apresento um panorama geral do desacordo acerca do critério da verdade. Em seguida, apresento um argumento cético geral baseado na indecidibilidade desse desacordo. Por fim, discuto uma série de argumentos específicos contra cada uma das teses dogmáticas a respeito do critério. Para Sexto Empírico, ao contrapor esses argumentos dogmáticos somos mais uma vez levados ao ceticismo. Desta forma, de um modo ou de outro devemos suspender o juízo acerca do critério da verdade.

Palavras-chave: Desacordo. Ceticismo. Critério de verdade. Pirronismo. Sexto Empírico.

Abstract: One of the main questions in pyrrhonian skepticism is the discussion about the problem of criterion. Is there a truth criterion? In other words, is there a criterion that allow us to know true the nature of things? For Sextus Empiricus, the proper disagreement between philosophers about this question bring us to the skepticism because there are multiple opinions about the topic. In addition, there are counter arguments opposing everything the dogmatic philosophers affirm to be the criterion. For the pyrrhonian skepticism, therefore, in a way or another we will end in suspension of judgment about the criterion of the truth. In this article, at first place I will present an overview about the disagreement concerning the criterion of truth. Then, I will present a general skeptic argument based in the impossibility of solving this dispute. Ultimately, I will discuss a series of specific arguments against each one of dogmatic thesis about the criterion. For Sextus Empiricus, opposing these dogmatic arguments take us one more time to the skepticism. Thus, in a way or another we should suspend the judgment about the criterion of truth.

Keywords: Disagreement. Skepticism. Criterion of truth. Pyrrhonism. Sextus Empiricus.

¹ Graduado, Mestre e Doutor em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia. Realiza Pós-Doutorado na Universidade Federal da Bahia com o "Agency, Directionality & Function" custeado pela Fundação Jonh Templeton. E-mail: juliomarmarques@hotmail.com

Introdução.

Parte considerável da obra de Sexto Empírico é dedicada à discussão sobre o problema do critério da verdade, seja nas *Hipótiposes Pirronianas* ou no *Contra os Matemáticos*. Por ser uma espécie de compilador, o autor elenca exaustivamente os argumentos de todos os filósofos que trataram deste tema até então. Como sabemos, o propósito de Sexto nessa sua metodologia é demonstrar que acerca desse tópico, isto é, acerca da existência de um critério da verdade, devemos manter a suspensão de juízo (*epokhé*).

Sexto Empírico nos apresenta dois caminhos argumentativos que, segundo ele, nos levam à uma mesma conclusão cética. O primeiro é o argumento geral do desacordo, uma vez que existe vasto desacordo entre os filósofos sobre o critério da verdade e não podemos simplesmente optar por uma dessas diferentes opiniões dogmáticas, já que todas elas são pares e igualmente persuasivas, então devemos suspender o juízo acerca da questão. O segundo percurso argumentativo é direcionado para aqueles que não se dão por satisfeitos com esse argumento geral. Sexto então se põe a rebater cada argumento específico que aponta para um critério da verdade. Se algum dogmático propõe um argumento afirmando a existência de tal critério, ele irá contrapor um argumento negando a sua existência. Cabe destacar que a posição cética é sempre neutra. Embora os argumentos céticos sejam quase sempre negativos, isso se dá porque a maioria dos filósofos afirmam algo positivamente – sobre o critério de verdade – e o papel do cético é contrapor esses argumentos. No entanto, se o cético estivesse diante de alguém que faça uma afirmação negativa acerca do critério, seu papel nesse caso seria afirmar algo positivo a fim de fazer oposição. É apenas por uma questão metodológica que o cético nega – ou afirma – alguma coisa em seus argumentos, visto que, para ele, é através dessa oposição que se chega à suspensão de juízo (HP I, 8)². Assim, devemos lembrar que a conclusão final do cético, diante dessa oposição de argumentos contra e a favor, é a de que devemos suspender o juízo sobre a questão disputada.

A proposta deste artigo não é exaurir toda a discussão sextiana a respeito do critério da verdade. Nossa intenção é apenas apresentar de modo geral os argumentos que nos levam à suspensão de juízo sobre o problema do critério. Em primeiro lugar, discutiremos como se dá o desacordo dogmático acerca do critério de verdade. Em seguida, apresentaremos tanto o argumento geral, baseado na indecidibilidade desse desacordo, quanto uma série de argumentos específicos contrários às teses dos filósofos dogmáticos. Todos esses argumentos, segundo Sexto Empírico, nos levam à suspensão de juízo acerca da existência – ou não – de um critério da verdade.

² A obra de Sexto Empírico segue o modelo clássico para citação. A sigla HP se refere à obra *Hipótiposes Pirronianas* e a sigla AM se refere à obra *Adversus Mathematicus*. Os números romanos se referem ao livro da obra em questão e os números árabes se referem ao parágrafo citado.

1. O Desacordo sobre o critério da verdade.

Para o ceticismo pirrônico, existe um vasto desacordo sobre a questão do critério. Os filósofos em geral discordam sobre a possibilidade de haver um critério da verdade, uns afirmam enfaticamente que tal critério é impossível, outros, admitem sua possibilidade e propõem argumentos para o que julgam ser esse critério. Porém, mesmo dentre esses últimos, o desacordo é reinante e cada filósofo aponta para uma coisa diferente.

Nessa discussão, segundo Sexto Empírico, os filósofos que negam a existência de um critério da verdade são minoria. Dentre estes, podemos destacar Xenófanes que afirma que “todas as coisas são não apreensíveis” (AM VII, 49) porque não existe nada de apreensivo na natureza das coisas que investigamos (AM VII, 52). Outro filósofo desse lado da disputa é Xeníades, que também compartilha da mesma posição e afirma que “O fato de que todas as coisas são falsas e, portanto, inapreensíveis, é provado pelo descrédito dos sentidos” (AM VII, 53). Além desses, Górgias também assume uma posição negativa em relação ao critério da verdade, dizendo que “primeiramente, nada existe; em segundo, mesmo se existisse seria inapreensível pelos homens; e por último, mesmo se fosse apreendido, ainda assim, seria impossível comunicar e expressar aos outros homens” (AM VII, 65). E por fim, alguns filósofos acadêmicos também negam a existência de um critério da verdade, Carnéades diz que “absolutamente não existe critério da verdade” (AM VII, 159). Todos estes filósofos negam a existência de um critério da verdade.

Os filósofos que afirmam a existência de um critério da verdade são de fato a grande maioria. Na exposição feita por Sexto Empírico, por exemplo, os pitagóricos afirmam que a razão é o critério da verdade e dizem que:

Assim como a luz é apreendida pela visão, por se assemelhar com ela, e o som é apreendido pela audição, por assemelhar-se a ela, assim também a natureza de todas as coisas deve ser apreendida por seu parentesco com a razão (AM VII, 93).

Outro filósofo que também partilha desta mesma opinião é Heráclito, para ele a razão é o critério que nos permite conhecer a verdade ou a natureza real de todas as coisas. Diz Heráclito:

A razão comum, por participar daquilo que é racional, é o critério da verdade; aquilo que aparece comum é verdadeiro, pois é percebido pela comum e divina razão, mas aquilo que afeta uma única pessoa, ao contrário, não pode ser verdadeiro (AM VII, 131).

Basicamente, a mesma ideia pode também ser encontrada em Demócrito, para este filósofo existem dois tipos de conhecimento, um pela razão e outro pelos sentidos, destes o conhecimento intelectual é dito “genuíno” e o conhecimento dos sentidos “bastardo” (AM VII, 138). Por fim, talvez o maior defensor dessa ideia seja Platão, para ele “a razão é o critério de conhecimento das coisas, embora esteja incluso com ela a clara evidência

dos sentidos” (AM VII, 141). Segundo Platão, “a razão necessita da sensação como colega; é através disso que a razão recebe as representações e produz o conhecimento do que é verdadeiro” (AM VII, 144). Como podemos ver, estes filósofos não apenas afirmam a existência de um critério de verdade, eles defendem que a razão ou o conhecimento intelectual é que seria este critério.

Ainda dentre aqueles que afirmam a existência de um critério da verdade, podemos encontrar partidários de outras opiniões. Epicuro, por exemplo, diz que o critério da verdade são as nossas afecções sensitivas “seria impossível algo produtor do prazer não ser também prazeroso, ou aquilo que traz dor não ser doloroso; por necessidade, aquilo que dá prazer deve ser em sua real natureza prazeroso e aquilo que traz dor doloroso” (AM VII, 203). Já para Aristóteles, Teofrasto e outros peripatéticos o critério da verdade é duplo, visto a natureza das coisas ser de duas classes, sensitiva e intelectual, os sentidos conhecem as coisas sensitivas e o intelecto conhece as coisas intelectuais (AM VII, 217). E para os Estoicos, o critério que nos permite conhecer a verdade são as representações apreensivas (AM VII, 227). Sobre a doutrina estoica das representações apreensivas (*kataleptiké phantasía*), podemos citar:

Uma representação apreensiva é uma causada por um objeto existente e estampada no sujeito de acordo com aquele objeto, de tal modo que não poderia ser derivada de um objeto não existente; essa representação é eminentemente perceptiva de objetos reais, pois reproduz artisticamente e com precisão todas as suas características (AM VII, 248).

Deste modo, para os estoicos o critério não seria nem razão nem sensação apenas. Mas, uma certa combinação de ambos, através daquilo que podemos entender como sendo uma representação apreensiva das coisas.

Assim, podemos notar que mesmo dentre aqueles que afirmam a existência de um critério da verdade, as opiniões são muito diversas. Alguns dizem que o critério seria a razão, outros dizem que são os sentidos e outros ainda alguma combinação entre razão e sensação – as nossas representações. Estas são as opiniões daqueles que afirmam a existência de um critério da verdade. Portanto, diante dessa abordagem pirrônica do tema do critério, o que vemos é um vasto desacordo entre os filósofos acerca da existência ou não de um critério da verdade e também em relação ao que seria esse critério.

2. A indecidibilidade do desacordo sobre o critério da verdade.

Dentre todos os filósofos, os céticos são aqueles que não afirmam nem negam a existência de um critério da verdade, sobre esta questão eles mantêm a suspensão de juízo (*epokhé*). No entanto, os céticos devem argumentar em favor da sua posição filosófica, esclarecendo porque não devemos nem afirmar nem negar a existência de um critério da verdade e sim suspender o juízo. Segundo Sexto Empírico (AM VII, 320, 335),

a própria indecidibilidade desse desacordo entre os filósofos dogmáticos nos leva à suspensão de juízo sobre essa questão do critério.

Sexto propõe um argumento geral, baseado na ideia de que é impossível decidir o desacordo acerca do problema do critério, e essa indecidibilidade nos levaria à suspensão de juízo. Há muitas e diversas opiniões dogmáticas a respeito do tema, todas elas muito bem fundamentadas através de argumentos persuasivos. Muitos filósofos negam a existência de um critério, outros tantos, de fato a maioria deles, afirmam a existência de um critério da verdade. Porém, mesmo dentre esses últimos não existe acordo sobre o que seria esse critério. O desacordo acerca do critério é reinante entre os filósofos. Qual desses filósofos estaria correto? Como podemos optar por um deles em detrimento de todos os outros? Como resolver essa disputa entre os filósofos, se todos eles nos parecem igualmente persuasivos em seus argumentos? A resposta, segundo Sexto Empírico, é que não há como decidir essa disputa, portanto, devemos suspender o juízo sobre a questão.

O ponto é que cada filósofo aponta para algo diferente como sendo o critério, uns apontam a razão, outros os sentidos, outros ainda a junção da razão com os sentidos através das representações apreensivas. O critério da verdade, porém, sendo único, não pode se dar desses vários modos. O que temos é uma disputa interminável entre os filósofos “a disputa entre os dogmáticos a esse respeito é grande, na verdade infinita” (HP II, 48). Seria impossível saber quem, dentre todos os filósofos dogmáticos, acerta quando diz o que é o critério da verdade (AM VII, 336). Não há razões para acatarmos a posição de um filósofo em detrimento da posição dos outros, pois todos eles são igualmente persuasivos e bem fundamentados em suas opiniões. Além do mais, se dissermos que apenas um filósofo particular acerta quando diz o que é o critério, o faríamos apontando especificamente para um de seus atributos, ou pela sua idade, ou pelo seu trabalho, ou pela sua inteligência ou em conformidade com o testemunho da maioria. Porém, não devemos nos pautar arbitrariamente em nenhum desses pontos mencionados. Assim, não há como decidir a disputa entre eles.

Portanto, diante da impossibilidade de decidirmos a disputa entre os filósofos dogmáticos, devemos então suspender o juízo sobre a questão do critério. Segundo esse argumento geral da indecidibilidade do desacordo, nenhum destes filósofos – nenhuma das suas teses – pode ser o critério da verdade (AM VII, 320, 335). A atitude mais racional nesse caso seria a suspensão de juízo.

3. Argumentos pontuais contra o critério da verdade.

Para aqueles que não se sentem satisfeitos com um único argumento geral, em favor da suspensão de juízo sobre o critério da verdade, Sexto Empírico nos oferece um outro caminho argumentativo. O autor apresenta uma série de contra-argumentos específicos, direcionados a cada uma das teses dogmáticas a respeito do critério da

verdade. Partindo deste método de oposição de argumentos³ também podemos chegar à suspensão de juízo acerca do problema do critério. Nesta seção, passamos então a reproduzir alguns desses contra-argumentos.

Para aqueles que dizem que os sentidos são o critério capaz de conhecer a verdadeira natureza das coisas, Sexto Empírico apresenta alguns argumentos replicando essa posição. Os sentidos são contraditórios e conflitantes em relação às coisas e, por isso, não podem apreender a verdade. Sobre os sentidos serem o critério da verdade, Sexto diz:

Os sentidos são afetados de modos contrários pelas coisas externas; o paladar é afetado pelo mesmo mel, ora de maneira amarga ora adocicada, a visão vê a mesma cor, ora avermelhada ora esbranquiçada, um mesmo odor para o olfato ora é agradável ora desagradável, pessoas atordoadas ouvem vozes enquanto nós não ouvimos nada e a mesma água é desagradável para aqueles que estão com febre, devido ao calor excessivo, mas agradável para outros (HP II, 51-52).

Assim, não podemos dizer que todas essas percepções sensíveis são verdadeiras. Nem mesmo que algumas são verdadeiras e outras falsas ou ainda que todas sejam falsas, pois não temos um critério que nos faça preferir umas em detrimento de outras e ainda estamos investigando se tal critério existe (HP II, 53). Se disséssemos que apenas as percepções em estado natural são capazes de nos dizer a verdade, ainda assim, seria impossível para os sentidos julgar a realidade das coisas, pois:

A visão, mesmo em seu estado natural, vê a mesma torre ora redonda ora quadrada; e o paladar mesmo em estado natural diz da mesma comida, dependendo da fome, que é agradável e desagradável [...] Portanto, sendo que os sentidos são conflitantes mesmo em estado natural, e sendo impossível decidir, porque não temos ainda um critério, o impasse permanece (HP II, 55-56).

Portanto, a percepção sensível – mesmo estando em estado natural – não pode ser o critério da verdade.

Além do mais, os sentidos são inteiramente passivos e irracionais, e não tendo outra capacidade além daquela de serem afetados ou impressionados pelos objetos, não estão qualificados para nos revelar a verdade (AM VII, 293, 344). Conhecer a verdade de algo não é simplesmente ser afetado por este algo, não é simplesmente receber uma impressão do branco ou do vermelho, mas poder distinguir e dizer dentre todas as coisas que “esse objeto é branco” ou que “este objeto é vermelho”. Porém, fazer essa distinção já não é tarefa dos sentidos e sim da razão. Sendo assim, portanto, os sentidos não são aptos a conhecer a verdade das coisas (AM VII, 293, 355). Deste modo, então, os sentidos não podem ser o critério da verdade.

A atividade intelectual – a razão – também não pode ser critério da verdade. Se o intelecto fosse capaz de conhecer a verdade ele deveria ser capaz de conhecer a si mesmo,

³ Para Sexto Empírico, a oposição de argumentos contrários nos leva à suspensão de juízo (HP I, 8). Se diante um argumento de conclusão P opormos outro argumento de conclusão $\neg P$, com base apenas nessa oposição não temos mais razões para afirmar P em vez de $\neg P$, portanto, devemos suspender o juízo acerca da proposição disputada.

sua substância, do que é composto e onde está localizado. Se o intelecto é capaz de distinguir a verdade e a falsidade das coisas, deve também ser capaz de distinguir a sua própria natureza. Porém, o intelecto não distingue a si mesmo nem a sua natureza. Para alguns, como Demócrito, o intelecto está localizado no corpo, e para outros, como Heráclito, está fora do corpo, outros ainda dizem que o intelecto é distinto dos sentidos enquanto que para alguns, como Enesidemo, ele é também um sentido (AM VII, 348-350). Sendo assim, se não pode distinguir a si mesmo nem sua própria natureza, o intelecto ou a razão também não pode distinguir a verdade da falsidade, portanto, a razão não pode ser critério da verdade (ibidem).

Além do mais, existem muitos intelectos e todos eles têm opiniões conflitantes⁴. Assim, não há como decidir dentre estes diferentes intelectos, pois todos eles são igualmente persuasivos e não estamos aptos a dizer que apenas um deles é correto. Também não há como afirmar que determinado intelecto é mais esperto e inteligente em relação aos demais, pois não temos um critério para isso. E mesmo que pudéssemos fazer essa distinção, não poderíamos julgar as coisas através deste intelecto superior, pois nada impede que um dia possa surgir um intelecto ainda mais esperto e inteligente. E mesmo que houvesse um intelecto mais sagaz, ainda assim, não poderíamos julgar as coisas através desse intelecto mais habilidoso, pelo fato de que ele poderia nos apresentar muitas falsidades, embora nos persuadindo e nos convencendo – porque é mais habilidoso – como se estas fossem a verdade (HP II, 59-62). Deste modo também, portanto, o intelecto ou a razão não pode nos revelar a verdade das coisas e, por isso, não pode ser o critério.

Para aqueles que afirmam que o critério é uma combinação dos sentidos com o intelecto, através das aparências ou representações (*phantasías*), os céticos também opõem argumentos. Uma aparência é uma impressão ou alteração no intelecto (HP II, 70; AM VII, 227, 230, 233, 234, 239, 372) causada pelas afecções dos sentidos. Os sentidos, ao serem afetados pelos objetos, causam uma afecção ou uma impressão no intelecto, formando no intelecto uma representação, ou seja, a aparência daqueles objetos (AM VII, 219-221). Para alguns filósofos, como os Estoicos e os Peripatéticos, é essa combinação dos sentidos com o intelecto, ou seja, as aparências ou representações, que formam o critério de conhecimento da verdade. Os céticos, entretanto, replicam essa ideia dizendo que as aparências são diferentes das coisas em si mesmas, pois:

O intelecto recebe as afecções não através de si mesmo, mas através dos sentidos, e os sentidos não apreendem as coisas em si mesmas, mas apenas as suas próprias afecções, pois nem o mel nem o absinto são as afecções de doçura e de amargor que recebemos dos sentidos, eles em si mesmos são coisas diferentes (HP II, 72).

Assim, se as afecções não são as coisas mesmas, as aparências também não são. Por serem similares aos objetos não podemos julgá-las como se fossem os próprios objetos,

⁴ Como Górgias que diz “nada existe” e Heráclito que diz “tudo existe” (HP II, 59).

portanto, não podemos conhecer a verdade através das aparências ou representações (HP II, 73; AM VII, 357). Ter acesso a algo similar não é ter acesso à coisa em si mesma. Alguém que não conhece Sócrates e apenas olhando para uma fotografia – que é similar a Sócrates – não podemos dizer que conhece o próprio Sócrates. Da mesma forma, o intelecto também não conhece as próprias coisas, apenas por examinar as aparências que se assemelham a elas, pois essas aparências são diferentes das coisas em si mesmas (HP II, 75; AM VII, 358). Desta forma, portanto, a combinação de intelecto e sentidos, através das aparências, também não podem ser o critério da verdade.

Alguns⁵ ainda insistem, dizendo que nem todas as aparências são verdadeiras, mas apenas algumas trazem a marca da verdade, apenas as aparências apreensivas (*kataleptiké phantasia*) constituem o critério da verdade. Uma aparência apreensiva é aquela formada e estampada por um objeto real, de acordo com todas as suas características, de tal modo que não poderia ser produzida por um objeto não real (AM VII, 248, 402). Os céticos, no entanto, mais uma vez também rebatem essa ideia dizendo que não há marca distintiva – dentre todas as aparências – que nos faça perceber que algumas aparências são verdadeiras e outras falsas. Qual seria o critério usado para afirmar que a aparência X é apreensiva e a aparência Y não é apreensiva? Não temos esse critério, pois ainda estamos investigando se tal critério existe. Se dissermos que é outra aparência apreensiva, perguntaremos novamente qual o critério usado para afirmar esta segunda aparência, se for uma terceira aparência apreensiva, perguntaremos novamente e assim infinitamente. Porém, não podemos questionar algo infinitamente, portanto, as aparências apreensivas não podem ser o critério da verdade (HP II, 77-78). Além do mais, é impossível distinguir as aparências ditas apreensivas – verdadeiras – daquelas que são falsas e não apreensivas, pois ambas são igualmente vívidas e impressionantes. No sonho, as coisas são representadas vividamente tanto quanto na vigília, nos comportamos como se as coisas fossem reais e não há nada nos indicando que aquelas aparências são falsas, pelo contrário, elas não se distinguem das aparências verdadeiras de quando estamos despertos (AM VII, 402-403). Desta forma, as aparências apreensivas – ditas verdadeiras – não se distinguem das aparências não apreensivas – daquelas que são falsas. Sendo assim, as aparências apreensivas não podem ser critério da verdade, uma vez que são idênticas às aparências falsas e não apreensivas.

Por fim, a própria definição de aparência apreensiva é falaciosa e circular. Uma aparência apreensiva é aquela produzida por um objeto real, mas se perguntarmos o que é um objeto real eles nos dirão que é aquele que produz uma aparência apreensiva. Para entendermos o objeto real temos que entender previamente a aparência apreensiva e vice-versa, de modo que nenhum dos dois se torna claro (AM VII, 426). Assim, nem mesmo aquilo que chamamos aparência apreensiva pode ser o critério da verdade.

⁵ Neste caso, os Estoicos e sua doutrina das representações ou aparências apreensivas (*kataleptiké phantasia*).

Para Sexto Empírico, portanto, nenhuma das coisas apresentadas pelos filósofos dogmáticos podem ser o critério de verdade, pois existem contra-argumentos que se opõem a cada uma dessas ideias. Nem os sentidos, nem a razão, nem a combinação de ambos, através das aparências, sejam elas simples ou apreensivas, são capazes de apreender a verdade. Assim, ao contrapor cada argumento dos filósofos dogmáticos, somos mais uma vez levados à suspensão de juízo acerca do critério. Pois se existem argumentos a favor de um critério da verdade, existem também bons argumentos que negam essa ideia. E não há porque preferir uma coisa em vez de outra, pois não temos um critério para isso. Portanto, mais uma vez, devemos suspender o juízo acerca dessa questão.

Considerações finais.

Para Sexto Empírico, o próprio desacordo entre os filósofos acerca da questão critério já nos levaria ao ceticismo, uma vez que esse desacordo entre os dogmáticos se mostra indecível. Além disso, para aqueles não satisfeitos com esse argumento geral, Sexto apresenta uma série de argumentos contrários à cada uma das teses dogmáticas a respeito do critério da verdade. Segundo o autor, ao contrapor as opiniões dos dogmáticos somos também levados à suspensão de juízo, uma vez que os argumentos pros e contras se equivalem. Para cada argumento dogmático afirmando algo como critério de verdade, existe também um argumento contrário que se opõe a essa ideia. O papel do cético, como faz Sexto Empírico, é colocar esses argumentos em oposição. Nesse caso, ambos argumentos se anulam e devemos o suspender o juízo sobre a questão disputada. Deste modo, para o ceticismo pirrônico, através de um argumento geral ou através da oposição de cada argumento dogmático específico, devemos suspender o juízo sobre a existência de um critério da verdade.

Referências

ANNAS, Julia. and BARNES, Jonathan. *The Modes of Scepticism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

BETT, Richard. "Scepticism and Ethics". In: BETT, Richard (ed.). *The Cambridge Companion to Ancient Scepticism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 181-194.

BOLZANI FILHO, R. *O Ceticismo Pirrônico na obra de Sexto Empírico*. Dissertação de mestrado – Programa de pós-graduação em Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1992.

_____. "Acadêmicos versus Pirrônicos". *Revista Sképsis*, IV, 7, 2011, p. 5-55.

BROCHARD, Victor. *Os céuticos Gregos*. São Paulo: Odysseus Editora, 2008.

BURNYEAT, Myles. F. "Pode o cético viver seu ceticismo?". *Revista Sképsis*, III, 5, 2010, p. 201-239.

- FREDE, Michael. 2008. "As crenças do cético". *Revista Sképsis*, II, 3, 2008, p. 139-168.
- GAZZINELLI, Gabriela. *A vida cética de Pirro*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- LANDESMAN, Charles. *Ceticismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- LEE, Mi-Kyoung. "Antecedents in early Greek philosophy". In: BETT, Richard (ed.). *The Cambridge Companion to Ancient Scepticism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p 13-35.
- MARQUES SILVA, Juliomar. "O problema do Desacordo na Epistemologia Contemporânea". *Griot: Revista de Filosofia*, XXI, 1, 2021, p. 206-220.
- MATHESON, Jonathan. *The Epistemic Significance of Disagreement*. Hampshire: Palgrave, 2015.
- PERIN, Casey. "Scepticism and Belief". In: BETT, Richard (ed.). *The Cambridge Companion to Ancient Scepticism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 145-164.
- _____. *The Demand of Reason: An Essay on Pyrrhonian Scepticism*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- PORCHAT, Oswaldo. "Sobre o que aparece". In: PORCHAT, Oswaldo. *Rumo ao ceticismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p 117-145.
- _____. "A noção de phainómenon em Sexto Empírico". *Analytica*, XVII, 2, 2014, p. 291-323.
- SEXTUS EMPIRICUS. *Outlines of skepticism*. Translation J. Annas e J. Barnes. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- _____. *Against the logicians*. Translation R. G. Bury. Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- _____. *Against the Physicists and Against the Ethicists*. Translation R. G. Bury. Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- _____. *Against the professors*. Translation R. G. Bury. Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- VOGT, M. Katja. "Scepticism and action". In: BETT, Richard (ed.). *The Cambridge Companion to Ancient Scepticism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 165-180.